

# A EDUCAÇÃO E A ATUALIDADE DA PRODUÇÃO MARXIANA DIANTE DA CRISE DO CAPITAL

## EDUCATION AND THE UPDATES OF MARXIAN PRODUCTION IN THE FACE OF THE CAPITAL CRISIS

Crislaine Aparecida Pita **1**  
Marco Antônio de Oliveira Gomes **2**  
Italo Ariel Zanelato **3**

**Resumo:** Este artigo possui como objetivo discutir os reflexos da crise do capital e como a educação alicerçada aos postulados da produção marxiana pode ser uma possibilidade para conscientização da luta política em vistas a emancipação humana. Na atual sociedade que estamos inseridos, é recorrente cada vez mais o aumento das taxas de desemprego, desigualdades, fome e exclusão dos mais pobres, pois para sobreviver o capitalismo convive muito bem com essas situações. Nesse sentido, enxergamos a educação como ferramenta disponível para superação da ordem estabelecida e como possibilidade de se sonhar uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Marx. Educação.

**Abstract:** This article aims to discuss the reflexes of the crisis of capital and how education based on the postulates of Marxian production can be a possibility for raising awareness of the political struggle in view of human emancipation. In the current society we live in, the increase in unemployment rates, inequalities, hunger and exclusion of the poorest is increasingly recurrent, because capitalism coexists very well with these situations in order to survive. In this sense, we see education as a tool available to overcome the established order and as a possibility to dream of a more just and egalitarian society.

**Keywords:** Capitalism. Marx. Education.

---

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). **1**  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2251568890959618>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7917-6882>.  
E-mail: [crislainepita00@gmail.com](mailto:crislainepita00@gmail.com)

Doutor em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). **2**  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0581840246394811>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2397-5615>.  
E-mail: [marcooliveiragomes@yahoo.com.br](mailto:marcooliveiragomes@yahoo.com.br)

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). **3**  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6383304497323065>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2072-8405>.  
E-mail: [itozanelato@hotmail.com](mailto:itozanelato@hotmail.com)

## Introdução

Grande parte da literatura que debate a atualidade da produção de Marx e Engels destacam, corretamente, que o diagnóstico do mundo criado pelo capital é mais atual do que nunca. Ressalte-se que os Manifesto Comunista (1998), por exemplo, abordam a forma como a expansão do capitalismo desagrega as estruturas sociais pré-capitalistas e integra no processo produtivo organizado a partir do mercado mundial todas as sociedades do planeta que parecem descrever o atual processo de mundialização da economia.

Por meio dessas inquietações, almejamos apresentar o caráter contraditório das relações capitalistas que geram elementos de violência, barbárie, destruição e exclusão social. Trata-se de um modelo que se defronta, por suas contradições internas, com crises cíclicas cada vez mais profundas. Pois, diante desse cenário marcado pela lógica capitalista, faz-se cada vez mais necessário a compreensão da teoria marxiana para se pensar em um projeto alternativo de sociedade.

Nesses termos, um tema tão importante quanto a educação e a atualidade da produção de Marx e Engels diante da crise do capital só pode ser abordado de forma parcial e lacunar nos limites de um artigo. Porém, diante da ofensiva de caráter retrógrado e antidemocrático presenciada no momento que se materializa na perseguição aos imigrantes no continente europeu, no fortalecimento de movimentos fundamentalistas e anti-intelectual, na eliminação de direitos sociais, na intensificação da exploração das relações de trabalho, entre outros, nunca é demais reforçar a luta pela emancipação humana. E, nesse caso, o vigor das análises de Marx e Engels continuam válidas para a compreensão das contradições presentes no modo de produção capitalista e do fenômeno educativo. É importante reforçar que a educação não foi objeto de pesquisa dos autores, porém a produção de ambos deixaram postulados importantes para a compreensão do processo educativo com vistas à luta pela emancipação social, política e econômica dos trabalhadores.

Como fundamento de nossas análises, tomamos como princípio que a educação deve expressar o processo de produção e reprodução de conhecimentos intrínsecos às mediações imprescindíveis à práxis que resulta na humanização dos homens, e, por desdobramento não se trata de qualquer conhecimento, mas o que há de mais rico produzido historicamente pela humanidade.

## A teoria marxiana

A conjuntura europeia marcada pelo processo de industrialização, em meados do século XIX, apontava o desenvolvimento da sociedade industrial para consolidação da ordem capitalista, dividida em dois campos opostos: burguesia e proletariado. Pela primeira compreende-se os proprietários dos meios de produção social, que empregam os proletários que “[...] compreende os assalariados levados a vender sua força de trabalho e que, pela sua solidariedade de classe, podem se contrapor a concorrência e ao sistema do capital” (MARX, ENGELS, 1998, p. 46).

A burguesia, que conquistava o posto de classe dominante, deixou para trás o discurso revolucionário para apegar-se à conservação da ordem. Já o Estado, entendido por Marx como o legítimo representante da ordem burguesa, proclamava uma igualdade esvaziada e sem materialidade, da mesma forma que a liberdade foi traduzida no direito de homens livres celebrarem entre si contratos de compra e venda de bens, incluindo o próprio trabalho.

Nesse contexto, influenciado pela filosofia do direito de Hegel, pela crítica de Feurbach ao idealismo hegeliano, pelas leituras de Adam Smith e David Ricardo, além das condições concretas existentes no período anterior ao surgimento do Estado nação na Alemanha, a produção de Marx inaugurou um novo referencial teórico sobre o Estado e sua condição de classe. A constituição do pensamento marxiano em torno do Estado pode ser encontrada nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, entendidos como referências iniciais da crítica à produção idealista e política do período, que continuou ao longo da vida de produção e militância de Marx em conjunto com Engels.

Nesses trabalhos, Marx já aponta para as contradições presentes na sociedade que perpassam a filosofia e política, caracterizadas pela permanência das aparências em detrimento da compreensão da essência da realidade material. Seu posicionamento apontava que a defesa da igualdade perante a lei e da ideia segundo a qual o Estado representa a sociedade como um todo

não passam de especulações uma vez que a situação dramática de milhões de trabalhadores era evidenciada pelas condições de penúria e ausência de direitos, pois a pobreza crescia na mesma proporção que o progresso da indústria.

Para Marx, era necessário superar a filosofia especulativa e a visão abstrata do Estado. Para isso, devia-se ultrapassar a “concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados” (MARX; ENGLES; 2011, p. 39). Não se trata,

[...] como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [e todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria (MARX; ENGELS, 2011, p. 43 grifos do autor).

Marx enxergava a necessidade da análise histórica das categorias Estado, sociedade civil, mercadoria entre outras, como expressão das condições dadas pelas relações materiais historicamente produzidas pelos homens. Assim, não há uma “natureza humana” válida para qualquer período histórico. São construções históricas e necessitam ser compreendidas a partir dessa perspectiva. Portanto, não é possível explicar as construções dos homens como expressão da “autoconsciência”, do “espírito” ou de qualquer manifestação metafísica, mas por meio de “[...] uma ação plenamente material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, a na medida em que anda e para, come, bebe e se veste” (MARX; ENGELS, 2011, p. 40).

Parece cristalino para os autores da Ideologia Alemã que o Estado é o representante das classes dominantes, que expressa por meio das leis os seus interesses. Portanto, não se trata de uma vontade universal e da manifestação da racionalidade, tal qual apresenta Hegel, mas sim da aproximação de interesses em comum, pois o Estado constituiu-se desde suas origens para resguardar os interesses das classes dominantes e reprimir as manifestações que pudessem colocar em risco os privilégios de classe em uma sociedade escravista. Portanto, ele o demiurgo da sociedade civil, mas foi constituído a partir dela.

Compreende-se então que a burguesia [...] desnudou de sua auréola toda ocupação até agora honrada e admirada com respeito reverente. Converteu o médico, o advogado, o padre, o poeta e o cientista em seus operários assalariados (MARX; ENGELS, 1998, p. 12-13). Sua existência vinculava-se a apropriação privada dos meios de produção assegurado pelo Estado, pois conforme já explicitado “[...] o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1998, p. 12).

Dessa forma, a produção marxiana elabora de forma radical a crítica aos valores da burguesia que foram edificados ao longo de um processo multissecular de luta contra a nobreza. As chamadas revoluções burguesas, que libertaram a burguesia das amarras do feudalismo e dos entraves do Antigo Regime reforçam uma falsa ideia de igualdade.

Portanto, Marx e Engels sistematizaram o comprometimento com a perspectiva revolucionária face ao modo de produção capitalista. As análises das experiências do movimento operário europeu e das condições materiais de uma classe trabalhadora explorada, levaram os jovens revolucionários a desenvolverem a perspectiva alicerçada no materialismo histórico e dialético, contrapondo-se às perspectivas reformistas da sociedade. Esta caracterizou a metodologia que trabalharam pelo o resto de suas vidas. A teoria é embasada no trabalho tomado como processo fundante da sociedade, partindo do empírico, da investigação das origens históricas e

do desenvolvimento interno no plano do pensamento de todo este processo. E compreendendo a prioridade ontológica das determinações econômico-políticas na dinâmica sócio histórica, partem do entendimento de que os homens contraem relações determinadas que inferem nas suas forças produtivas materiais e estas formam a estrutura econômica da sociedade (MARX, 1982). Nesse contexto, para compreender o homem faz-se necessário analisá-lo em suas determinações materiais e nas relações que este estabelece com seus semelhantes na constante produção e reprodução de sua vida material, observando a sociedade capitalista como totalidade concreta, como um todo marcado por contradições que afetam a estrutura social, em que “[...] seu objetivo é reproduzir idealmente o movimento constitutivo da realidade social, que se expressa de formas econômicas, políticas e culturais, mas que se extravasa todas elas” (NETTO, 1998, p XXIX).

O exercício do monopólio pela burguesia revelou-se em novas formas de servidão e controle, na qual o trabalhador virou prisioneiro de uma tarefa parcial e é visto como um acessório consciente do processo de produção. Em outras palavras, “no lugar da exploração velada por ilusões políticas e religiosas, colocou a exploração seca, direta, despudorada, aberta” (MARX; ENGELS, 1998, p. 7). E é nesse cenário que devemos compreender a teoria social marxiana, que nasceu como expressão de um rigoroso trabalho de análise e crítica da formação capitalista do século XIX.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels demonstram a contradição da burguesia que não podia manter seu domínio sem revolucionar continuamente a produção e, com ela, a totalidade das relações sociais. Enquanto as relações de produção eram fundamentadas na escravidão ou na servidão, as relações entre os homens eram fixas e cristalizadas, mas sob os postulados de produção e reprodução do capital, a aparência da liberdade oculta o processo de intensificação da exploração por meio de uma destruição contínua de produção e a concentração de riqueza possibilitada pelo sistema de produção capitalista, reflete a desigualdade produzida em um mundo marcado pela exclusão social.

Sob o capital, não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e, proporciona, com o trabalho não-pago, uma fonte de capital adicional (MARX, 1998, p. 722).

Diante dessa lógica, os trabalhadores são privados das finalidades de seu trabalho, explorados pelo despotismo do capital, submetidos aos desmandos das relações de trabalho cada vez mais flexibilizadas em favor da burguesia e são reduzidos à condição de mercadoria. “A cultura, cuja perda o burguês lamenta, é, para a imensa maioria, um adestramento que transforma os homens em máquinas” (MARX; ENGELS, 1998, 25).

Ora, longe de ser o “reino da liberdade”, a sociedade burguesa governada pela lógica do capital, lança milhões de indivíduos em uma situação de miséria extrema, sem condições de manter-se sem venderem sua força de trabalho em condições amplamente favoráveis aos proprietários dos meios de produção. Este processo implicou historicamente na expropriação sistemática de trabalhadores restando-lhes apenas colocarem-se a disposição daqueles que controlavam a produção e o Estado.

Diante disso, fica evidente a incapacidade da classe burguesa de ser a classe governante, em termos mais concretos, tornava-se evidente que a sua existência era incompatível com a manutenção de uma sociedade digna à todos (MARX E ENGELS, 1998). Daí a necessidade de instrumentalizar por meio do conhecimento de verdade o movimento operário: a liberdade de escolha na indicação de objetivos políticos está na razão direta do conhecimento dos processos em curso. A ação dos comunistas não deve resultar de escolhas idealistas e abstratas, mas sim da

compreensão do antagonismo de classes presente na sociedade e a união dos trabalhadores em prol da luta pela derrubada do sistema capitalista.

E seguindo as lições dos autores, era fundamental compreender o coração das relações sociais desvinculando-se das perspectivas a-históricas em que o indivíduo nunca passou de uma abstração a quem a sociedade organizada a partir das relações capitalistas de produção, apesar das riquezas geradas, jamais proporcionou as condições de emancipação. Diante disso, nos indagamos: quais os limites e possibilidades da educação sob o domínio do Estado burguês? Qual a contribuição da escola na luta pela emancipação que supere a simples emancipação política?

### **A crise do capitalismo: possibilidades por meio da educação**

A atual crise do capitalismo em escala global tem sido objeto de análise de diferentes intelectuais de diferentes áreas do conhecimento. Do ponto de vista liberal, verifica-se o diagnóstico que a apresenta como uma expressão da má gestão do Estado, identificado como incapaz de uma gestão administrativa eficiente. No entanto, as profissões de fé do credo liberal não são capazes de solucionar as condições de miséria de imensos segmentos da classe trabalhadora e o crescimento da crise que se alastra por diferentes áreas da sociedade. Em setembro de 2008, mais precisamente no dia 15 de setembro, foi anunciada a falência do quarto maior banco de investimentos dos EUA, o Lehman Brothers. Evidenciava-se mais uma etapa de uma longa crise estrutural do capitalismo, que inúmeros intelectuais comprometidos com a ordem não foram capazes de prever, como também só admitiram quando a crise tomava proporções em que já não era possível empurrá-la para debaixo do tapete da história.

Ressalte-se que esta crise se arrasta de forma intermitente desde os anos 1970, ou mais precisamente, 1973. Trata-se de um processo que deve ser compreendido como um desdobramento das transformações ocorridas na esfera produtiva, caracterizado pelo advento de um novo padrão de organização da produção. Neste cenário, o novo estágio da economia globalizada envolve a aceleração do processamento de informações e transações financeiras, ampliando o processo de concentração de capitais e especulação financeira. Dessa forma, a economia global se torna cada vez mais especulativa em busca de níveis elevados de lucratividade.

Concomitantemente ao processo de transformação das relações de produção, assistimos o ressurgimento das velhas bandeiras liberais, adormecidas pela hegemonia temporária do Estado de Bem Estar, sob o manto das teses monetaristas, que apresentam o enxugamento da máquina estatal como fórmula necessária para superação da crise. Tal equação pode ser sintetizada na fórmula da proteção do Estado para as grandes corporações e redução de sua presença para as questões sociais. Em outras palavras, trata-se de uma operação contábil que condena como jurássica os investimentos em saúde, educação e outras áreas sociais.

Os ideários burgueses permanecem vivos em uma sociedade que enriquece por meio do suor do trabalhador. O dinheiro e as propriedades concentram-se nas mãos de poucos e uma grande maioria da sociedade vive em condições de miséria. Dito isto, podemos utilizar como exemplo o relatório divulgado pela organização não governamental britânica OXFAM (2018), que aponta dados colhidos em 2017, os quais demonstram que toda a riqueza gerada mundialmente nos últimos anos ficou concentrada nas mãos de 82% daqueles que se encontram entre a porcentagem de 1% mais ricos do mundo, enquanto isso, oposto à essa realidade, 3,7 bilhões de pessoas, pertencentes a metade mais pobre, não ficou com nada.

A sociedade capitalista caracteriza-se por um específico modo de exploração do trabalho, que torna as crises econômicas inevitáveis, multiplicando conflitos que incompatibilizam os interesses vitais da maioria dos homens. Há dois caminhos para superação desse impasse que se alastra: o espectro do comunismo anunciado no Manifesto Comunista (1998), ou a barbárie.

Não é mero modismo, e sim dados que confirmam o constante desenvolvimento da desigualdade, ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais em situações de miséria. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 2014, há mais de 2,2 bilhões de pessoas pobres no mundo; cerca de 80% da população mundial não tem proteção social de nenhum tipo; mais de 1,5 bilhão de pessoas tem empregos na economia informal ou são precárias e, só neste século, mais de 200 milhões de pessoas sofreram com desastres naturais que são consequência da própria globalização.

Podemos afirmar, de acordo com os dados descritos, que para sobreviver, o capitalismo convive perfeitamente com formas perversas de violência: a fome, a miséria, as enfermidades não assistidas, o desemprego, a exclusão dos homens sem teto e sem terra. A propósito, Marx já apresentava esse cenário em 1841:

Bom ar puro a atmosfera pestilencial das habitações nos pardieiros ingleses! Grande beleza da natureza os fantasiosos trapos com que se vestem os pobres ingleses e a carne mirrada e enrugada das mulheres roídas pelo trabalho e pela miséria; as crianças que jazem no esterco; os abortos provocados pelo excesso de trabalho no uniforme mecanismo das fábricas! E os graciosíssimos últimos detalhes da prática: a prostituição, o crime e a força (MARX, 2011, p. 143).

Como se percebe, a sociedade capitalista é permeada por um universo de contradições: a violência nas relações sociais vinculam-se a fatores objetivos – a apropriação da propriedade dos meios de produção por alguns e a divisão da sociedade em classes – que tornam impossível a solução das contradições fundamentais por um caminho pacífico. Desde suas origens o capitalismo negou condições concretas para sobrevivência de milhões de pessoas. A crise que vivenciamos hoje expressa a incapacidade civilizatória do capital. Nessa mesma medida, a luta de classes se desenvolveu ao longo da história por diferentes formas e graduações de violência, mas uma leitura atenta da história demonstra que quando está em perigo a existência da classe dominante, esta não vacila em recorrer às formas violentas mais extremas.

O capitalismo está em crise constante, não mais se sustenta como sistema e conforme Mézários (2015, p. 15) salienta “o reino do capital aproxima-se de seus limites absolutos como resultado de sua crescente incapacidade de eliminar suas contradições internas, criando uma crise estrutural global do capital”. Diante das inegáveis e incorrigíveis limitações do capital, é urgente que façamos uma reflexão sobre as possíveis estratégias e alternativas para buscar uma realidade diferente da qual o capitalismo possibilita atualmente.

Nesse sentido, é importante não tomar a obra Marx e Engels como um dogma a ser seguido, entretanto, podemos afirmar que ela se faz atual e será enquanto o capitalismo for o sistema vigente na sociedade, pois os pressupostos denotam de um sistema que se encontra em crise permanente, em que a essência<sup>1</sup> predatória e excludente de exploração ainda é a mesma.

Nesses termos, fica inevitável não recorrermos a uma alternativa de organização para a conscientização e emancipação social. É nesse momento que educação entra em pauta, mesmo ela não tendo sido objeto central das análises dos autores, ela pode ser vista como elemento importante na luta pela superação do domínio burguês, pois foi a partir da fábrica moderna, que foi possibilitado a Marx e Engels a constituição de uma perspectiva teórica que apontasse para a superação das condições que impediam a plena realização do homem. Foi a partir do vínculo entre ensino e trabalho que Marx formulou o núcleo da sua concepção educacional, ou seja, a ideia de que era possível, por meio da teoria, aliada à práxis social, formar o novo homem. O esboço dessa pedagogia ficou consubstanciado no seguinte excerto do livro de autoria de Marx *O Capital*:

Do sistema fabril, conforme expõe pormenorizadamente Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e de único meio de

1 No Prefácio da primeira edição do livro de autoria de Marx intitulado “O Capital”, ele expõe que a exploração e pobreza faz parte da essência do modo de produção capitalista “Intrinsecamente, a questão que se debate aqui não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, mas estas leis naturais, estas tendências que operam e se impõem com férrea necessidade. O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido (MARX, 2001, p. 16).

produzir seres humanos plenamente desenvolvidos (MARX, 1984, p.554).

A partir dos apontamentos de Marx é possível compreender a vinculação orgânica entre teoria e prática. Não se trata de uma dimensão utópica da educação que implique por si só na libertação do trabalhador das correntes que o prendem, mas de um processo de luta da qual a educação é parte fundamental.

É relevante acrescentar que os autores compreendiam que a ação política eficiente não podia ser um desdobramento da vontade individual nem de passividade de um sujeito diante de um movimento social, pelo contrário, a ação política eficiente deveria ir além das dicotomias do voluntarismo e do fatalismo. E mesmo o fato de ambas as classes, proletário e burguesia, terem sido geradas juntas no movimento da história do capitalismo, a transformação do proletário em um revolucionário, deveria seguir uma ordem, que deve seguir também a luta política pelo poder (HOBSBAWM, 1987).

O trabalhador é utilizado como ferramenta para manutenção dessa grande máquina chamada capitalismo, é submetido como escravo do chefe, da burguesia e do Estado. Ao mesmo tempo que produz riqueza, não possui condições materiais de superação da própria situação de penúria que se encontra, pois,

Enquanto a força produtiva é socializada, apropriação da riqueza faz-se por duas formas, salário e lucro, o que impossibilita a igualdade entre todos os homens. O salário é a manutenção da classe proletária e o lucro, da classe burguesa; a manutenção desta dicotomia conduz o ser social a uma situação de degeneração. O modo de produção que explicita os elementos do ser social, ao continuar reproduzindo-se, na atualidade, degenera-o e conduz os homens a um estado de barbárie, pois, ao desvincular os homens do capital, impede-os de voltar ao que eram, sem, ainda, saber o que serão (AUED, 1999, p. 111).

Entretanto, os autores entendiam que no período de análise de seus estudos, no século XIX, os trabalhadores seriam a primeira classe a ter condições objetivas, por sua própria natureza, de lutar pela superação radical da exploração do homem pelo homem e de transferir o movimento operário do reino das ilusões para o terreno da luta política, pois “a burguesia não só forjou as armas que trazem a morte para si própria, como também criou os homens que irão empunhar estas armas: a classe trabalhadora moderna, o proletariado” (MARX; ENGELS, 1998, p. 19). Porém, para isso, seria necessário que tivesse acesso a um novo tipo de conhecimento, o conhecimento da realidade material e das relações entre os homens e somente “[...] a teoria seria capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” (MARX, 2005, p. 151).

Nesse sentido, torna-se mais que necessário que o trabalhador tome consciência que é explorado, que seu trabalho gera riqueza e propriedade para a classe burguesa. O proletário deve ser educado consciente e politicamente sobre o sistema que está inserido para que se posicione como sujeito e classe revolucionária para superar as condições de subalternidade que o sistema o colocou.

Nesses termos, atribuímos à educação um papel importante na organização econômica da sociedade, pois é por ela que enxergamos uma das armas disponíveis e necessárias para emancipar e instruir intelectual, política e socialmente aqueles que são explorados no sistema burguês do século XXI, pois, sem teoria revolucionária não pode haver revolução, é necessária a conscientização, pois “[...] de todas as classes que se põem frente a frente hoje com a burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária” (MARX; ENGELS, 1998, p. 25). Dessa forma, ao entender a

lógica da exploração o fim dessa dinâmica histórica e antagônica pode dar voz “a meta imediata dos comunistas que é a mesma de todos os outros partidos proletários: a formação do proletariado em uma classe, a derrubada da supremacia burguesa, a conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS, 1998, p. 30). Ou seja, a emancipação da classe é necessária,

A direção histórica passou para as mãos do proletariado, uma classe que, por toda a sua situação dentro da sociedade, só pode emancipar-se pondo fim por completo a toda dominação de classe, todo avassalamento e toda exploração; e de que as forças produtivas da sociedade, que crescem até escapar das mãos da burguesia, só está esperando que o proletariado associado tome-as sob seu poder para que se crie um estado de coisas que permita a cada membro da sociedade participar não só na produção, mas também na distribuição e na administração das riquezas sociais (ENGELS, 1998, p. 346).

É importante articular a educação com as lutas concretas de superação da ordem capitalista. O sistema educacional que hoje possuímos carece de conteúdos que possibilitem a criticidade e consciência, principalmente a educação da classe trabalhadora, que para muitos se resume na obrigação que, por algumas horas, os desviam da luta, da vulnerabilidade e das condições precárias em prol da sobrevivência.

Nos indagamos, portanto, é possível sonhar com uma educação emancipadora em meio à crise do capitalismo? Nessa interrogativa, recorremos a Schlesener (2016, p. 56-57) ao afirmar que “[...] emancipar-se significa construir as bases de superação da reificação e de transformação social a partir dos limites e no interior da sociedade capitalista”. Diante disso, a autora, para compreender emancipação por meio da educação, parte de três pontos fundamentais que são presentes no entendimento de escola:

a) a educação realiza-se na vida e a escola é apenas uma de suas instâncias; b) a escola existe para cumprir os objetivos colocados pela estrutura social (formar para o trabalho); c) a escola, no Brasil, a partir de nossas circunstâncias históricas, é permeada pelas contradições que perpassam o social e vive internamente outras contradições: por exemplo, propõe-se um trabalho crítico, dentro dos limites de seu funcionamento, mas na prática pedagógica assume pressupostos que inviabilizam a crítica, como teorias pós-modernas

A atual escola, , apesar dos espaços de resistência existentes, ainda constituem-se em instituições que reproduzem fundamentalmente os interesses do capital. A educação escolar é mantida por agentes identificados com os interesses do capital e, é controlada pela burguesia, que elabora os conhecimentos diretamente para interesses particulares.

Se estamos em busca de novas alternativas, devemos refletir e analisar todas as situações que permeiam a precariedade da escola e que impossibilita a luta pela superação do capital. Uma delas é as condições de trabalho da classe docente, que são nada mais que sujeitos assalariados inseridos no modo de produção capitalista. Tais condições de trabalho dos professores impossibilitam uma formação educacional emancipadora, diante disso é preciso renovar a escola, os currículos, as metodologias adotadas, os salários dos educadores, bem como, os objetivos que a escola se empenha em atingir na sociedade. A busca por uma educação de qualidade parte da análise e crítica do que enfrentamos hoje, é necessário driblar e lutar por novas condições educacionais para todas as classes.

A escola não é lugar de senso comum e sim de conteúdos científicos e sistematizados de mundo, de compreensão e de análise. A possibilidade para superação visa a busca de formar uma

nova geração de pensadores e questionadores das situações políticas e sociais, e mesmo diante dos obstáculos impostos pelos antagonismos de classes, chegar à ações emancipadoras por meio da educação. Para isso, acreditamos ser necessário que a Educação esteja associada a luta social da classe proletária, pois a luta é educativa, assim, “trata-se de resguardar para os trabalhadores uma Educação autônoma, paralela à Educação formal e à Educação no trabalho” (SOUSA JR, 2010, p. 38).

O processo de educação da classe trabalhadora deve ser objetivado à inseri-la ativa e conscientemente na vida política, que explique a realidade, que ensine as relações fundamentais da sociedade, na sua organização, nos seus conflitos e contradições.

Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chaves (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de se confundir, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas (FERNANDES, 1984, p. 9-10).

E, assim como Marx (1998, p. 15) pontua “a história de todas as sociedades tem sido até agora a história da luta de classes”, nesse sentido, a luta pela derrubada da dominação burguesa e pela busca por uma educação para a classe proletária não deve ser vista como a panaceia para resolução de todos os problemas sociais, mas deve ser vista como instrumento importante e disponível em nossas mãos para lutar em tempos de crise no século XXI.

## Considerações finais

Mesmo sendo evidente a crise que se alastra no sistema de produção capitalista, é difícil para a maioria reconhecer que o próprio cria sua morte e que estamos dando largos passos para a destruturação total da permanência desse regime, pois o mesmo não mais se sustenta. Atualmente, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE (2019), cerca de 13,4 milhões de pessoas estão desempregadas no Brasil. Isso significa que 12,7 % da população encontra-se como exercito de reserva, pois dessa forma os burgueses, proprietários dos meios de produção podem utilizar disso para rebaixar salários, explorar as formas de trabalho e constitui como uma necessidade vital para sobreviver.

Nesse sentido, com vistas a teoria marxiana e com aportes ao que entendemos por capitalismo, acreditamos que a educação é uma das ferramentas disponíveis para superação do caos criado pelo sistema, entretanto, assim como a sociedade, é dividida por classes a educação também é, temos escola de ricos e a escola de pobres, ambas distintas e com objetivos diferentes de formação do homem.

A busca por uma educação emancipadora, pública e de qualidade ainda convive no mundo das ideias, mas não distantes quando estamos comprometidos a lutar por ela. É necessário, é urgente, buscarmos novas alternativas de resolução das permanentes crises que o capitalismo se coloca, pois quem mais se prejudica com isso é a classe trabalhadora e a superação é a saída. Diante disso, necessitamos, assim como previa o Manifesto Comunista (1998), lutar politicamente pela emancipação humana, ou seja, Trabalhadores de todos os países, uni-vos.

## Referências

AUED, I.M. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, I.M. (Ed.). **Educação para o (des) emprego: ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 109-131.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

HOBBSAWM, E.J. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: HOBBSAWM, E.J. (Org.). **História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1. p. 301-346.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.23-27.

\_\_\_\_\_. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. Capítulo XXIII. In: MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital. Livro I, v. 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. A maquinaria e a indústria moderna. In: MARX, K. ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Glosas Críticas Marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155; fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, Livro I. 18ª ed, 2001.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Boitempo Editorial, 2015.

NETTO, J. P. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, Karl, Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

OXFAM Brasil. **Recompensem o trabalho e não a riqueza**. Brasil, 2018. Disponível em: . Acesso em: 6 jul. 2019.

SCHLESENER, AH., MASSON, G., and SUBTIL, MJD, orgs. **Marxismo(s) & educação** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal democrática a crise regressivo-destrutiva do capital**. Aparecida, SP: Idéia& Letras, 2010.

Recebido em 23 de dezembro de 2019.  
Aceito em 22 de setembro de 2021.